



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2013  
(Do Sr. STEPAN NERCESSIAN)**

*Requer informações ao Ministro da Educação sobre a Avaliação Nacional de Alfabetização.*

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Ministro da Educação sobre a Avaliação Nacional de Alfabetização.

Solicita-se que seja informado o seguinte, face a criação pela Portaria MEC 482 de 2013 da Avaliação Nacional de Alfabetização:

- A Portaria MEC 482/2013, não especificou que matérias farão parte do processo de avaliação. Questiona-se quais farão parte;

- MEC está avaliando se o processo a ser desencadeado através da Avaliação Nacional de Alfabetização, em novembro, poderá vir a criar um ranqueamento entre escolas e competitividade entre professores;

**JUSTIFICATIVA**

Através da Portaria do MEC nº 482 de 2013, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica que tem como objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência do Ciclo de Alfabetização das redes públicas e produzir



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

informações sistemáticas sobre as unidades escolares, de forma que cada unidade receba o resultado global.

Conforme especialistas a prova poderá focar excessivamente o teste e prejudicar o processo de aprendizagem, já que será aplicada em larga escala.

Estudiosos da área de educação e de alfabetização estão preocupados que a avaliação possa contribuir para a pressão contra escolas, professores e alunos. Conforme o professor Luiz Carlos de Freitas da Faculdade de Educação da Unicamp, “ vai aumentar a prescrição de materiais apostilados, desqualificando-se cada vez mais os profissionais que, em vez de exercitarem a reflexão sobre a sua prática pedagógica serão instalados a seguir receitas”.

Pesquisador do INEP, Sr. João Luiz Horta Neto, admite que dependendo da forma como se implementam os testes para avaliação, os professores podem sentir pressionados a dar um foco excessivo no trabalho para o bom desempenho dos alunos – ainda conforme o especialista - “ um bom resultado no teste não significa, necessariamente, que o processo educacional esteja acontecendo como deveria”.

Face a discussão acadêmica acima detalhada é que apresentamos o requerimento de informação no objetivo de tomar conhecimento, com mais profundida, do processo que será desencadeado pelo MEC a partir de novembro próximo.

Sala das Sessões, em de outubro de 2013.

DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN  
PPS/RJ